



Estado da Paraíba
Governo Municipal
Diário Oficial do Município Juru – PB

Lei Nº 075/74, de 22/07/1974–Edição nº 013/2023- Quarta-Feira, 18 de Janeiro de 2023–Tiragem 50

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**CONSELHO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JURU**



ESTADO DA PARAÍBA
**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
JURU – PB**

RESOLUÇÃO – CMAS - Nº. 01, 17 DE JANEIRO DE 2023.

**DISPÕE SOBRE A
REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS
FINANCEIRO DO FNAS - FUNDO
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL, FEAS - FUNDO
ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E DO FMAS – FUNDO
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL REFERENTES AO ANODE
2022 PARA USO EM 2023, NA
GESTÃO DO SUAS, NO
MUNICÍPIO DE JURU, PB.**

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, de Juru, Estado da Paraíba no uso das atribuições Legais e Regimentais que lhes são conferidas pelo Art. 30º da Lei Federal 8.742 de 07 de setembro de 1993 e com fulcro na Lei Municipal nº 587, de 23 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO a importância de controle da Política Pública de Assistência Social através da Função Social do Conselho Municipal de Assistência Social no município e com fulcro na deliberação da Plenária realizada no dia 17 de janeiro, Ata 01/2023;

CONSIDERANDO que os fundos de natureza especial, como o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) são instrumentos de gestão orçamentária e financeira que possibilita realizar a execução mais célere de repasse de recursos entre os entes federados e, ainda, possibilita melhorar a transparência da execução dos recursos. Além disso, possibilita a criação de regulamentos próprios para



Estado da Paraíba
Governo Municipal
Diário Oficial do Município Juru – PB

Lei Nº 075/74, de 22/07/1974–Edição nº 013/2023- Quarta-Feira, 18 de Janeiro de 2023–Tiragem 50

ATOS DO PODER EXECUTIVO

controle, prestação de contas e tomada de contas especial. Com a criação do fundo de natureza especial torna-se possível a existência da reprogramação de saldos, pois o art. 73, da Lei nº 4.320/64, disciplina que o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo. Assim, quebra-se a lógica geral da execução pela execução somente para não ter que devolver o recurso no final do exercício. O que potencializa a lógica de planejamento e gasto efetivo da política pública, nos objetivos específicos de cada serviço e programas socioassistenciais.

CONSIDERANDO o Acórdão nº 73/2021 - TCU/Plenário que deferiu a extensão constante do item 9.1.4 do Acórdão 3225/2020 - Plenário aos recursos transferidos fundo a fundo pelo Ministério da Cidadania a estados, municípios e Distrito Federal para o enfrentamento à pandemia do Covid-19, tornando possível a reprogramação dos recursos extraordinários para os exercícios seguintes;

CONSIDERANDO a Portaria 378/2020 seguiremos a mesma lógica, sendo os saldos reprogramados dentro do respectivo bloco de proteção, respeitando a finalidade de cada serviço.

CONSIDERANDO que os recursos dos blocos de financiamento da Gestão do SUAS e da Gestão do Programa Auxílio Brasil e do Cadastro Único poderão ser reprogramados para o exercício seguinte à conta dos respectivos blocos, conforme o disposto no art. 31 da Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015.

CONSIDERANDO que os recursos dos blocos de financiamento da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial poderão ser reprogramados para o exercício seguinte à conta dos respectivos blocos, conforme o disposto no art. 30 da Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015.

CONSIDERANDO que os recursos dos programas e projetos poderão ser reprogramados para o exercício seguinte para utilização no próprio Programa ou Projeto a que pertencem até o término de vigência, conforme o disposto no art. 32 da Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015.

CONSIDERANDO que os recursos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social do Cofinanciamento do Sistema Único da Assistência Social do Governo Federal, Governo Estadual para o exercício 2022 foram utilizados dentro dos parâmetros estabelecidos em Lei e dentro de cada Piso de Proteção correspondente e explanados na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO que no âmbito da aplicação dos recursos do FEAS devemos observar as Resoluções da Comissão Intergestora Bipartite da Assistência Social do Estado da PB de nº.: 03 de 27 de maio de 2022 que dispõe sobre os critérios de cofinanciamento Estadual para o exercício de



Estado da Paraíba
Governo Municipal
Diário Oficial do Município Juru – PB

Lei Nº 075/74, de 22/07/1974–Edição nº 013/2023- Quarta-Feira, 18 de Janeiro de 2023–Tiragem 50

ATOS DO PODER EXECUTIVO

2022 c/c a Resolução de nº.: 06 de 26 de agosto de 2022 que divulga a lista dos municípios elegíveis de acordo com os Blocos de financiamento, onde Juru ficou elegível nos Blocos da PSB.

CONSIDERANDO que a aprovação da reprogramação não deve ser considerada como imutável, tendo em vista que todo planejamento deve possibilitar a realização de ajustes ao longo da sua execução.

CONSIDERANDO que houve saldos financeiros dos recursos que ingressarão no exercício de 2023, cujos saldos deverão ser reprogramados por deliberação deste Conselho, para utilização no presente exercício;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a reprogramação dos saldos de 2022 em contas, conforme extratos contábeis de 31/12/2022 para serem utilizados durante o exercício financeiro de 01/01/2023 à 31/12/2023, conforme explanado a seguir:

Recurso Ordinário:

Quadro 1 – Plano de utilização dos recursos a reprogramar – Saldo em 31/12/2022 dos Recursos Transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). **RECURSOS ORDINÁRIOS: VALOR TOTAL R\$ 27.065,52 (Vinte e sete mil e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).**

Bloco/Grupo Proteção	Tipo de conta	Agência	Conta	Saldo	Reprogramação
----------------------	---------------	---------	-------	-------	---------------



Estado da Paraíba
Governo Municipal
Diário Oficial do Município Juru – PB

Lei Nº 075/74, de 22/07/1974–Edição nº 013/2023- Quarta-Feira, 18 de Janeiro de 2023–Tiragem 50

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Bloco da Gestão do Programa Auxílio Brasil e do Cadastro Único – PAB/CADÚNICO	IGD-PAB FNAS	2714-6	21.296-2	R\$ 5.271,43	Aquisição de equipamento informática, material de consumo, material permanente, ações de cadastramento e realização cadastral, melhoria espaço físico da gestão do PAB, divulgação de campanha de inclusão, revisão e atualização, pagamento pessoal, pagamento de formações continuadas, assim como, execução de ações e atividades complementares.
Bloco da Gestão do SUAS	GSUAS FNAS	2714-6	17.384-3	R\$ 3.816,32	Aquisição de gênero alimentícios, apoio técnico aos conselheiros do CMAS, material de consumo destinado ao CMAS, pagamento de diárias e deslocamento dos trabalhadores do



Estado da Paraíba
Governo Municipal
Diário Oficial do Município Juru – PB

Lei Nº 075/74, de 22/07/1974–Edição nº 013/2023- Quarta-Feira, 18 de Janeiro de 2023–Tiragem 50

ATOS DO PODER EXECUTIVO

					SUAS para atender o princípio da educação permanente da gestão do SUAS.
Bloco da Proteção Social Básica	PSB FNAS	2714-6	17.387-8	R\$ 6.998,35	Pagamento de pessoal (servidores que compõem as equipe referência e de apoio), aquisição de material de consumo, (expediente), material para oficinas, assessorias para fomento e garantia do princípio do SUAS de educação permanente, aquisição de gêneros alimentícios, melhoria nos prédios municipais do SCFV e CRAS, pagamento de água, energia elétrica dos prédios municipais (SCFV e CRAS), pagamento de prestações de serviços vinculados à finalidade do mesmo.
BPC	BPC ESCOLA	2714-6	17.379-7	R\$ 235,34	Pagamento de material de consumo destinados a busca dos usuários com BPC no município de Juru;
Grupo de Programas	CRIANÇA FELIZ	2714-6	18.077-7	R\$ 10.744,08	Pagamento de pessoal que compõe a equipe de referência do Programa, aquisição de gêneros alimentícios para ações do Programa em seus eventos adstritos às suas metodologias, material educativo, material de expediente, material de consumo, material permanente e pagamento de prestação de serviço em favor do programa e suas diretrizes.



Estado da Paraíba
Governo Municipal
Diário Oficial do Município Juru – PB

Lei Nº 075/74, de 22/07/1974–Edição nº 013/2023- Quarta-Feira, 18 de Janeiro de 2023–Tiragem 50

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Quadro 2 – Plano de utilização dos recursos a reprogramar – Saldo em 31/12/2022 dos Recursos Transferidos pelo Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). **RECURSO ORDINÁRIO.**

VALORTOTAL: R\$ 24.679,62 (Vinte e quatro mil seiscentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos).

Bloco	Agência	Conta	Saldo	Reprogramação	Equipamento destinado
Proteção Social Básica - PSB	2714-6	19.379-8	R\$ 24.328,14	Cumprir o objetivo do art. 63, da NOBSUAS e Resoluções 03/2022 e 06/22 da CIB - SEDH-PB. Sendo 100% para ações de custeio.	REDE INTEGRANTE DA PSB
Bloco de Benefícios Eventuais - BE	2714-6	19.385-2	R\$ 351,48	Despesas que se adequem à natureza jurídica de benefícios eventuais, conforme exposto na LOAS e Lei Municipal.	PSB
Bloco da Proteção Especial - PSE	2714-6	19382-8	R\$ A REPROGRAMAR PEDIMOS REATIVAÇÃO DA CONTA	Cumprir o objetivo do art. 63, da NOBSUAS e Resoluções 03/2022 e 06/22 da CIB - SEDH-PB. Sendo 100% para ações de custeio.	FOMENTO DAS AÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Quadro 3 – Plano de utilização dos recursos a reprogramar – Saldo em 31/12/2022 dos Recursos Transferidos com base no art. 12 da Portaria 369/2020, EC 106 e com base na Portaria do MDS 113/2015

- RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS ESPECIAIS: VALOR TOTAL: R\$ 14.550,29

(Quatorze mil quinhentos e cinquenta reais e vinte e nove centavos).

Bloco/Grupo Proteção	Tipo de conta	Agência	Conta	Saldo	Reprogramação
----------------------	---------------	---------	-------	-------	---------------



Estado da Paraíba
Governo Municipal
Diário Oficial do Município Juru – PB

Lei Nº 075/74, de 22/07/1974–Edição nº 013/2023- Quarta-Feira, 18 de Janeiro de 2023–Tiragem 50

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Bloco da Gestão do SUAS	COVIDEPI	2714-6	19.673-8	R\$ 714,54	Aquisição de Equipamento de Proteção Individual
BLOCO DA GESTÃO DO SUAS - SIGTV	SIGTV G3	2714-6	21.141-9	R\$ 13.835,75	Atender todos os pré requisitos das Portarias do MDS que
G3-2021					regulamentam a Emenda GND 3 – estruturação da rede de serviço – incremento temporário.

Art. 2º - Os valores reprogramados para exercício financeiro de 2023 são em caráter de **Recursos Ordinários o valor total R\$ 27.065,52 (Vinte e sete mil e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**, em caráter de **Cofinanciamento Estadual – Recurso Ordinário o valor de R\$ 24.679,62 (Vinte e quatro mil seiscientos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos)** e em caráter de **Recurso Especial Extraordinário R\$ 14.550,29 (Quatorze mil quinhentos e cinquenta reais e vinte e nove centavos)**.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias. Os efeitos dessa Resolução perduram de 01/01/2023 à 31/12/2023.

Juru - PB, 17 de janeiro de 2023.

Jailma Leite Santana de Sousa
Presidente do CMAS